

A educação jesuíta na capitania de São Vicente no século XVI
Jesuit education in the captaincy of São Vicente in the 16th century
La educación jesuita en la capitanía de São Vicente en el siglo XVI

Recebido: 12/10/2020 | Revisado: 14/10/2020 | Aceito: 18/10/2020 | Publicado: 20/10/2020

Amanda Vitor Dourado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2362-584X>

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

E-mail: amandav.dourado@gmail.com

Amanda Malheiros Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0462-1093>

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

E-mail: amandamalheiros@outlook.com

Camila de Lima Santos

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7731-939X>

Universidade Estadual de Maringá

E-mail: camiladelimasantos90@gmail.com

Resumo

Este estudo tem por objetivo compreender como ocorreu a educação jesuíta, no território da Capitania de São Vicente, no século XVI. A Pesquisa bibliográfica, de caráter documental, analisou os registros feitos pelos próprios padres jesuítas, a fim de discutir o papel da educação naquela sociedade. A atuação dos padres jesuítas teve uma função decisiva na formação da cultura e da educação no Brasil. As discussões e os resultados são referentes ao campo da história educacional, na colônia brasileira de Portugal, e permitem a atualização dos estudos na área da história e da historiografia da educação, pois contribuem para compreensão da relação entre educação e religião nos primórdios do Brasil. As contribuições das *Actas do Estado de São Paulo*, juntamente com as cartas jesuítas, permitiram concluirmos que o processo de instituição da educação no Brasil, não foi tarefa fácil para os jesuítas, mas permitiu o desenvolvimento de um novo modo de vida aos indígenas. Ainda, é possível perceber que a educação permitiu em conjunto com os interesses da Coroa Portuguesa a ampliação da Capitania para o desenvolvimento das relações políticas e econômicas da época.

Palavras-chave: História da educação; Ensino jesuíta; Indígenas.

Abstract

This study aims to understand how Jesuit education occurred in the territory of the Captaincy of São Vicente in the 16th century. The bibliographic search of documentary character analyzed the records made by the Jesuit priests themselves to discuss the role of education in that society. The performance of the priests, in particular the Jesuits, played a decisive role in the formation of culture and education in Brazil. The results and discussions refer to the field of educational history in the Brazilian colony of Portugal that allow updating of studies in the area of history and historiography of education and understand that at that time, education was associated with religion. The contributions of the Acts of the State of São Paulo, together with Jesuit letters, led to the conclusion that the process of institution of education in Brazil, was not an easy task for the Jesuits, but allowed the development of a new way of life for the indigenous people. Still, it is possible to see that education, together with the interests of the Portuguese Crown, allowed the expansion of the Captaincy to develop the political and economic relations of the time.

Keywords: History of education; Jesuit teaching; Indigenous people.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo comprender cómo ocurrió la educación jesuita en el territorio de la Capitanía de São Vicente en el siglo XVI. La búsqueda bibliográfica de carácter documental analizó los registros realizados por los propios sacerdotes jesuitas para discutir el papel de la educación en esa sociedad. La actuación de los sacerdotes, en particular los jesuitas, jugó un papel decisivo en la formación de la cultura y la educación en Brasil. Los resultados y discusiones se refieren al campo de la historia de la educación en la colonia brasileña de Portugal que permiten la actualización de estudios en el área de historia e historiografía de la educación y entender que en ese momento, la educación estaba asociada con la religión. Los aportes de las Actas del Estado de São Paulo, junto con las cartas jesuitas, llevaron a la conclusión de que el proceso de institución de la educación en Brasil, no fue una tarea fácil para los jesuitas, pero permitió el desarrollo de una nueva forma de vida para los indígenas. Aún así, es posible ver que la educación, junto con los intereses de la Corona portuguesa, permitió la expansión de la Capitanía para desarrollar las relaciones políticas y económicas de la época.

Palabras clave: Historia de la educación; Enseñanza de los jesuitas; Pueblos indígenas.

1. Introdução

A Capitania de São Vicente, sem dúvida, é uma grande fonte histórica para a educação brasileira e, de acordo com Demerval Saviani (2013), as fontes são produções humanas realizadas no decorrer dos processos históricos. Assim, entendemos a educação como uma fonte realizada por meio da ação humana e transmitida às novas gerações.

Tendo em vista que o meio social e a educação sempre estão atrelados, é importante compreendermos os acontecimentos históricos para entendermos as mudanças educacionais. Com relação a Capitania de São Vicente, o intuito jesuíta era evangelizar os indígenas para dar continuidade ao projeto colonizador da Coroa portuguesa e, também, atingir seus objetivos de expansão do catolicismo. Ela foi instituída como uma das extensões do sistema de doações das Capitanias Hereditárias, fundada por D. João III.

O projeto português tencionava colonizar as terras brasileiras, com o objetivo de garantir seu domínio sobre as propriedades da América portuguesa. Para isso, a Igreja Católica, com a pretensão de expandir a religião cristã e evangelizar os indígenas, foi uma forte aliada da administração de Portugal.

Neste estudo, por meio de uma pesquisa bibliográfica documental, investigaremos como ocorreu o processo histórico educacional no período colonial. Abordaremos os acontecimentos políticos, econômicos e religiosos – produções históricas humanas – imprescindíveis ao estabelecimento da educação, na Capitania de São Vicente, no século XVI.

Após pesquisarmos sobre o tema proposto, percebemos que as publicações, referentes à história da Capitania de São Vicente, não abordam, especificamente, a história da educação. Portanto, justificamos a escolha temática devido à necessidade em compreender a influência que os padres jesuítas (no papel de professores) exerceram na formação dos futuros clérigos e na alfabetização das crianças indígenas. Esperamos, com isso, contribuir aos estudos na área da educação e expandir as reflexões críticas.

O trabalho jesuíta foi bastante intenso na Capitania de São Vicente, pois, além de ensinar a doutrina religiosa nas casas de bê-á-bá, também foi responsável pela fundação de estabelecimentos escolares e pela formação dos padres que, futuramente, educariam as novas gerações.

Durante o século XVI, na Capitania Hereditária de São Paulo, aconteceram muitas complicações políticas e econômicas, mas que resultaram na povoação e na educação do território paulista. Deste modo, faremos um percurso histórico, a fim de compreendermos a relevância, a influência e as heranças da Capitania de São Vicente para a educação brasileira.

2. Metodologia

O embasamento teórico desta pesquisa conta com uma revisão bibliográfica que reúne materiais já elaborados, constituídos, principalmente, de livros e artigos científicos. Iniciou-se os estudos de Gilberto Luiz Alves (2005), autor do artigo *Origens da escola moderna: Contribuição jesuítica*, que discute a atuação da Companhia de Jesus na instauração da escola formal no Brasil. Analisou-se as *Actas da Câmara da Villa de S. Paulo – 1562-1596*, presente no Arquivo Municipal de S. Paulo, vol.I, Século XVI, 1914. Essas são importantes fontes históricas que contribuem para compreendermos a formação da cidade de São Paulo.

Outro autor estudado é o padre José de Anchieta (1997), em *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*, publicado em 1933; e *Carta de São Vicente 1560*, de 1997. Documentos precisos que detalham o ambiente histórico e geográfico da Capitania de São Vicente.

Já os apontamentos de Ubirajara de Farias Prestes Filho (2010), em *Câmara Municipal de São Paulo: 450 anos de história*, contribuem para a compreensão, em um parâmetro geral, da história de São Paulo.

O padre Manuel da Nóbrega, em *Carta ao P. Simão Rodrigues*, disponível no livro de Serafim Leite: *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)*, publicado em 1956, aborda as transformações desencadeadas pela chegada dos padres jesuítas à Capitania. Também buscamos respaldo teórico em outros estudos de Leite: *História da Companhia de Jesus no Brasil* (2004); *Monumenta Brasiliae* (1956); *Cartas do Brasil e mais escritos* (1955); e *Novas cartas jesuíticas* (1940). Essas obras trazem relatos e cartas de padres sobre a educação na Capitania.

O autor Sebastião da Rocha Pitta, em *História da América portuguesa* (1958), primeiro, faz uma contextualização histórica do Brasil para, então, chegar ao seu objetivo principal: a história da educação em São Vicente. Também, verificamos os apontamentos de Robert Smith, em *Arquitetura Jesuítica no Brasil* (1962), que apresentam características do trabalho e da arquitetura jesuíta no Brasil.

Maria Beatriz Nizza da Silva, em *Histórias da capitania de São Paulo* (2009), aborda como principais temas: a população, a educação, a família, a igreja, as ordens religiosas, a administração, a cultura, a política, as vilas, as sesmarias, as entradas no sertão, os indígenas, os jesuítas e a economia.

Affonso de E. Taunay, em *História da Cidade de São Paulo* (1953), retrata cronologicamente, acontecimentos importantes dos antecedentes da cidade de São Paulo. De

Amilcar Torrão Filho, estudamos: *A marinha destronada: ou a famigerada São Vicente derrotada pela Rochela paulista* (1980), que retrata como São Paulo se tornou capital da capitania; e *A afirmação de São Paulo como cabeça de capitania (1681-1766)*, publicada em 2001, obra na qual o autor demonstra como ocorreu o desenvolvimento da primeira vila da Capitania de São Vicente.

Em *História da Universidade de São Paulo* (2004), Ernesto de Souza Campos afirma que um dos primeiros colégios brasileiros estava localizado na capitania paulista, e discorre sobre a história da universidade neste local.

A carta do Padre Leonardo Nunes, do Porto de S. Vicente, datada no ano 1550, presente nas *Cartas avulsas* (1988) – organização de Navarro et. al. (1988), trouxe, para esta pesquisa, um caráter documental, pois, a partir dela, podemos compreender a missão dos padres jesuítas, cuja intenção entrelaça a fé católica e a expansão educacional. É importante sabermos que a pesquisa documental:

(...) assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc (Gil, 2002, P.45-46).

Por fim, em *Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação* (1956), Edith Ponchat analisa a formação da capitania de São Vicente e retrata o envolvimento dos jesuítas com a coroa portuguesa, demonstrando que a educação possuía objetivos colonizadores.

As obras apresentadas foram leituras essenciais e esclarecedoras para a elaboração desta pesquisa. Cada uma, com sua particularidade, contribuiu para o levantamento de um rol de informações, referentes à perspectiva histórica, que lança luz sob a historiografia da educação jesuíta, mais especificamente, na Capitania de São Vicente, no século XVI.

O artigo científico pode ser entendido como um documento que apresenta revisões de

literaturas, constituído de textos da atualidade e de argumentação, com o objetivo de proporcionar uma reflexão crítica necessária ao entendimento de um determinado assunto. Isso posto, esta pesquisa tem o intuito de expandir os horizontes do leitor e permitir que ele tenha acesso a outros pesquisadores interessados no assunto para que se atualizem e construam novos conhecimentos.

Pereira A.S. et al. (2018), ao abordar a metodologia da pesquisa científica, atenta-se à importância da ciência na história do conhecimento humano, apresentando algumas definições que são pertinentes para a construção deste artigo. Para o autor, a relevância da pesquisa está, principalmente, em seu embasamento, isto é, na relação e na dialética, feitas pelo pesquisador, entre os diversos tipos de conhecimento: o uso da intuição, experimentação e racionalização que se estabelecem por intermédio dos sentidos e do meio em que o ser humano se encontra. O conhecimento deixa de ser, então, apenas percepção e consciência para, também, ser utilitário na resolução de problemas.

No que toca ao conhecimento científico, podemos caracterizá-lo com os seguintes adjetivos: real/factual, pois lida com ocorrências e fatos, ou seja, com toda forma de existência que se manifesta; contingente, levando em conta que suas proposições ou hipóteses têm veracidade ou falsidade, conhecidas por meio da experimentação e não da razão; sistemático, pois o saber é concebido e ordenado logicamente, formando um sistema de ideias (teoria), longe de ser conhecimentos dispersos e desconexos; verificável, portanto, as hipóteses que não podem ser comprovadas, não pertencem ao âmbito da ciência; falível, em virtude de não ser definitivo ou absoluto; aproximadamente exato, entendendo que novas proposições e o desenvolvimento de novas técnicas podem reformular o acervo de teoria já existente (Pereira, 2018).

Entre os atributos do conhecimento científico, encontramos, como peça chave, sua estruturação: um saber ordenado que deve ser construído a partir de um conjunto de ideias. Tais ideias podem ser de caráter compreensivo, no qual contextualiza-se questões específicas, estudando um vasto conteúdo; ou de face operacional, referindo-se aos aspectos lógicos e técnicos da investigação, envolvendo decisões complexas, como interpretação de dados e identificação de problemas para, então, prosseguir, buscar, encontrar soluções e, assim, finalizar o processo investigativo (Pereira, 2018).

Ao finalizar a análise, percebemos que as teorias, as ideias e as opiniões existentes sobre o mesmo tema e subtemas do nosso objeto de estudo (ordenadas e sistematizadas em obras científicas, como livros, monografias, dissertações e artigos) contribuem para construirmos novas interpretações e para lançarmos novos olhares e diferentes

questionamentos que desencadeiam variadas conclusões. Por isso, a importância do recorte e da seleção dos documentos para a pesquisa científica. Além disso, é necessário levar em consideração as indagações do presente, que nos sugerem o retorno aos contextos passados, para perceber de que maneira nossa memória se constitui e, por meio dos exemplos, desenvolver soluções atuais.

3. Resultados e Discussão

As transformações historiográficas da capitania de São Vicente

Em 1532, Martim Afonso de Sousa (1490-1571) fundou a primeira vila do Brasil: São Vicente. Ele obteve a autorização de D. João III (1502-1557), rei de Portugal, e criou o sistema de capitanias hereditárias, no qual se insere a Capitania de São Vicente, que abrangia as cercanias da Ilha do Mel até Cabo Frio. Assim, escreve P. José de Anchieta (1933, p. 208):

Nesta vila de São Vicente recolheu-se e recolhe-se algum fruto das pregações e exortações do P. Manuel de Paiva. Nota-se sobretudo nas condições às quais concorrem com gosto até os escravos dos portugueses e alguns são capazes destes e de outros sacramentos. Todos, e especialmente os meninos são instruídos na doutrina cristã. O que se observa com diligência onde quer que residam Irmãos.

A Coroa Portuguesa fundou a primeira cidade do Brasil com a pretensão de expandir as explorações territoriais. Nas palavras de Preste, havia a “necessidade de ocupar regiões distantes do mar e a busca por ouro e prata foram fatores que levaram à colonização do planalto paulista, onde se formaram pequenos núcleos de povoamento” (Preste, 2010, p. 18).

O primeiro donatário da capitania foi Martim Afonso de Sousa. No entanto, não demorou muito, e outros donatários foram atraídos pelo progresso econômico desencadeado pelo cultivo da cana-de-açúcar. A primeira vila da Capitania foi a Vila de São Vicente e, progressivamente, surgiram outras povoações, como a de Santos, São Paulo e Sant'Ana de Mogi.

Houve um conflito entre os donatários Conde de Monsanto (1530-1602) e Condessa de Vimieiro, como consequência, no período de 1621 a 1624, a Capitania de São Vicente ficou dividida em duas partes. O Conde de Monsanto governou a área sede: São Vicente (a sede), Santos e São Paulo. E a condessa governou a área atual do Litoral Sul de São Paulo, implantando sua sede em Itanhaém, conhecida como Capitania de Itanhaém.

Após a Guerra dos Emboabas, em 1709, o rei de Portugal comprou a Capitania de São

Vicente (que pertencia ao Marquês de Cascais), fundiu-a com a Capitania de Itanhaém e, a partir dessa fusão, criou a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro.

Como São Vicente não possuía porto, em 1543, tendo Brás Cubas (1507-1592) entre os fundadores, foi necessário a criação de uma nova vila: inicialmente, nomeada de Todos os Santos – lugar no qual surgiu a primeira Santa Casa de Misericórdia – e, posteriormente, renomeada para vila de Santos. Essa possuía o melhor porto das redondezas, ficava a uma légua de São Vicente e sanava as necessidades da população.

Segundo Leme (2012), na capitania de São Vicente, havia uma grande valorização cultural, fator que a destacava das capitanias de outras regiões, com condições de vida mais rústicas, como a do sudeste da Colônia e as do Norte, de colonização mais antiga.

Na maioria das capitanias havia atividades agropecuárias. As simplicidades dos costumes e do estilo de vida eram evidenciadas nas moradias, nas mobílias e nas vestimentas, isto é, na rotina. Além disso, também era possível notar um contraste entre a religiosidade tradicional, presente nas capitanias menos desenvolvidas, e o laicismo paulista, com uma cultura mais erudita. São Paulo e Santos eram pontos de desembarque e colonização.

A formação de Santo André da Borda de Campo, bem como a criação de Santo André - vilas fundadas em 1553, por João Ramalho (1493-1580), o primeiro português a percorrer pelo planalto de São Paulo – foram muito importantes para a povoação da Capitania de São Vicente. Vale ressaltar que a descoberta das terras, nas quais essas vilas e novas localidades paulistas se instauraram, só foi possível devido ao contato com os indígenas.

Em 1554, o dia da conversão do Apóstolo São Paulo marca o início a capitania de São Paulo, no qual antes era. O padre Manuel da Nóbrega (1517-1570) e Manuel de Paiva (1508-1584) celebraram uma missa, em comemoração, que teve como espectadores os indígenas de Piratininga e os religiosos. As práticas religiosas, como participação em missas e procissões, faziam parte do cotidiano relativo da aldeia.

De acordo com São Sebastião da Rocha Pitta (1958), para que fosse possível catequizar o gentio, padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), com o auxílio indígena, construiu uma tapera de barro, com dormitórios, refeitório, cozinha e escola. Nóbrega enviou os meninos do colégio de São Vicente à aldeia de Piratininga para que iniciassem o processo de educação. A casa religiosa era mantida pelo padre Mateus Nogueira que, por consertar muitos instrumentos indígenas, em troca, recebia mantimentos.

A vida dos moradores da capitania, segundo padre Manuel da Nóbrega (1956), permaneceu por um bom tempo na capitania de S. Vicente, pois, ela era culturalmente mais avançada do que outras capitanias: muitas mulheres indígenas utilizavam vestimentas; na

oralidade, predominava o Tupi, língua falada por alguns padres, e o português; e os indígenas não comiam carne humana. Posteriormente, ele foi viver na vila de Santo André e contribuiu para a construção de uma casa religiosa que, inicialmente, abrigava cerca de vinte pessoas, mas, depois, foi expandida.

Nesse contexto de modo de vida dos moradores da capitania, economicamente, Piratininga tinha como atividade principal abastecer de mandioca, a Vila de São Vicente e Santos. Neste povoado havia, em uma das choupanas, as instalações da Câmara Municipal. Nos primeiros anos, São Paulo apresentava grande precariedade e escassez de pessoas interessadas em assumir as responsabilidades administrativas das vilas. Havia seis representantes escolhidos a cada três anos:

Não era fácil encontrar homens dispostos a assumir as responsabilidades da administração das vilas. A escolha dos oficiais da Câmara ocorria a cada três anos, quando eram selecionados três juízes, seis vereadores e três procuradores. Com esses nomes, sempre que começava o ano, eram sorteados ou escolhidos um juiz, dois vereadores e um procurador. Esta era, portanto, a composição da Câmara no século XVI, que contava ainda com o almotacel, o escrivão e o porteiro. No século seguinte, os juízes passaram a ser dois e três os vereadores. O juiz utilizava uma vara, uma espécie de bastão, como símbolo de sua autoridade (Preste, 2010, p. 30).

Apenas os donos de propriedades podiam participar das eleições dos oficiais da Câmara Municipal, pois eles possuíam títulos de nobreza. Deste modo, percebe-se que a disparidade social começa a se instalar no Brasil, seguindo os moldes da Coroa portuguesa.

Na cidade, também havia um pelourinho de importantíssima representação da autoridade municipal. No século XVI, entre 1560 até 1563, a vila de São Paulo de Piratininga era cercada por um muro de taipa. Assim, a defesa da vila ficava a cargo dos moradores:

Com várias roças no termo da vila, era difícil manter os homens em sua região central, que ficava muitas vezes só com mulheres. Para garantir a defesa da vila no interior dos muros, a Câmara precisou tomar medidas a fim de que homens designados para essa função não abandonassem seus postos, caso contrário seriam multados (Preste, 2010, p. 34).

Em 1580, a câmara de São Vicente projetou a Jerônimo Leitão: terras para a construção de um trapiche, com casa de purgar e capela. Com isso, o Frei Gaspar, via à possibilidade dessa localização ser a mesma em que estava a casa da Alfândega, na qual se despachavam as cargas e as embarcações. Nesse ano, também houve a instalação de um engenho. Os morros desse promontório alimentavam os mananciais de água para a povoação (Leite, 1956).

Apesar de São Vicente possuir uma formação urbana bem mais compacta e maior que Santos, essa vila também era muito importante, pois sua baía dispunha de condições para a entrada de grandes embarcações e, em seu interior, havia uma frota de imensos navios holandeses (Leite, 2004).

O penúltimo donatário foi o filho de Francisco Carneiro de Souza, Antonio Carneiro de Sousa, que governou de 1708 a 1753. Por fim, Carlos Carneiro de Sousa e Faro foi o último donatário, ele assumiu o poder em 1753 e, no mesmo ano, foi indenizado por José I, atual rei de Portugal e assim, resumidamente, encerrou o ciclo de capitania na região, após intensos conflitos em busca de poder hegemônico entre povos.

Ao conhecermos o contexto histórico da sociedade do século XVI, tendo como base o Materialismo Histórico Dialético, podemos retomar a célebre frase de Karl Marx (1818-1883), presente na introdução da *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843): “a religião é o ópio do povo” – pensamento partilhado por diversos autores, do século XVIII, que estudaram a relação entre sociedade e religião.

Nessa citação, bem como em outras análises, o que Marx (1988) demonstra é a intencionalidade de alienação do povo, provocada pelas classes dominantes – incluindo a igreja – e pelo próprio Estado, ente capitalista que articula as relações de poder, a fim de manter o monopólio do poder.

Sendo o Estado um aparato de constituição social e não de repressão bruta, ele constitui o espaço de uma comunidade, de uma nação. A sua existência política, apartada dos agentes econômicos individuais, influi, subjetivamente, na produção, na reprodução e na circulação do mercado (Mascaro, 2013, p.19).

Assim, compreendemos o Estado como um derivado necessário da reprodução capitalista, e não como um aparato neutro disposto ao controle da burguesia. Ele é necessário para a constituição e para a permanência das relações sociais na sociedade capitalista.

Ao tratar de temas referentes à religião, o pensamento marxista não deve ser entendido, puramente, como uma crítica à fé ou às crenças; é preciso levar em consideração que as igrejas, muitas vezes, são aparatos ideológicos que servem aos sistemas dominantes para manter a ordem e camuflar explorações e violências. Portanto, é importante compreender as intencionalidades que subjazem nos discursos e nas ações das instituições de poderes, sejam elas religiosas, governamentais ou outras.

Além disso, as formas de relações entre os indivíduos não se desenvolvem ocasionalmente, tampouco apenas dentro das instituições micros, por exemplo, a família. O sujeito também é influenciado pelas hierarquias que organizam, condicionam e apresentam

moldes específicos, aparentemente libertadores, porém, alienadores.

Na primeira parte de *O Capital*, na quarta seção, que aborda o fetichismo da mercadoria, Marx faz o seguinte apontamento:

É somente uma relação social determinada entre os próprios homens que adquire aos olhos deles a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar algo de análogo a este fenômeno, é necessário procurá-lo na região nebulosa do mundo religioso. Aí os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, entidades autônomas que mantêm relações entre si e com os homens. O mesmo se passa no mundo mercantil com os produtos da mão do homem. É o que se pode chamar o fetichismo que se aferra aos produtos do trabalho logo que se apresentam como mercadorias, sendo, portanto, inseparável deste modo de produção (Marx, 1998, p.4).

A partir deste trecho, relacionando-o com a sociedade atual, é possível compreender os conceitos-chaves que moldam as estruturas sociais. Deste modo, podemos entender, um pouco melhor, como a subjetividade moderna mergulha na ideia de competição, desempenho, e produção do lucro. Ainda hoje, a religião é peça fundamental no estímulo e manutenção do controle, servindo como apaziguamento de ânimos ou de possíveis revoltas que atrapalhem os objetivos promovidos pelo capitalismo.

Ao incentivar a competição e exercer a exploração, o capitalismo torna as relações sociais passíveis de comercialização, isto é, as interações se transformam em mercadoria. O trabalho se torna impessoal e generalizado; e o dinheiro permeia a equiparação do valor e das trocas.

Para que o dinheiro adquira sua equivalência universal, é necessário que se constitua uma distribuição mais justa das mercadorias. No entanto, é justamente ao Estado, ente maior, governado pelas classes dominantes, que a concentração da mercadoria mais favorece, por meio dos intermediários econômicos.

Isso posto, a sociabilidade do capital só será possível quando as classes dominantes não tomarem o controle direto do poder político: “As formas de valor, capital e mercadoria transbordam, necessariamente, em forma política estatal e forma jurídica” (Mascaro, 2013, p.23)

Com outras palavras, por mais que se lute por direitos sociais, devemos ter a consciência que é o capital que continua ditando as regras do sistema, pois as formas sociais são capitalistas, assim como a estrutura da exploração. Deste modo, não podemos abordar a religião e o Estado isolados das estruturais da realidade; ambos são formas fundamentais da sociabilidade capitalista: mercadoria, valor de troca, e toda a lógica que faz com que os

trabalhadores sejam, mundialmente, pessoas, sem que percebam, exploradas pelo capital.

No geral, o Estado administra a sociedade e talha sua estrutura para que ela funcione de acordo com o capital. Essa interferência nunca é neutra, seu viés, na maioria das vezes (para não dizer sempre) contribui à lógica capitalista.

Muitas vezes, as classes dominadas aceitam a exploração, buscando consolo na lógica cristã de compensação metafísica, ou seja, aceita-se a exploração terrena para alcançar a glória eterna – discurso que livra as entidades de poderes da responsabilidade da miséria social e impede a emancipação do sujeito.

Educação na capitania de São Vicente

Em 1550, o padre Manuel da Nóbrega (1517-1570) ordenou, a Leonardo Nunes e Diogo Jacomea, a fundação de um colégio em São Vicente. Nessa vila, havia a matriz de Nossa Senhora da Assunção e as igrejas de Nossa Senhora da Praia e de Santo Antônio. Em 1550, o padre Leonardo Nunes escreveu, na carta do Porto de S. Vicente, sobre a ação jesuíta no Colégio de São Vicente. Neste estabelecimento de formação dos futuros clérigos, era ensinado gramática e mais:

Esta Casa servia para doutrinar os filhos, os pais e as mães (...) Nesta Casa se lê gramática a quatro ou cinco da Companhia e lição de casos a todos, assim Padres como Irmãos, e outros exercícios espirituais; a manutenção da Casa, a principal, é o trabalho de Índios, lhe dão de seus mantimentos, e é boa indústria de um homem leigo que, com três ou quatro escravos da Casa e outros tantos seus, faz mantimentos, criação, com que mantém a Casa, e com algumas esmolos, que alguns fazem á Casa, e com a esmola que El-Rei dá; tem também está casa umas poucas vacas (...) Desta maneira vivemos até agora nesta capitania, onde estávamos seis Padres de missa e quinze ou dezesseis Irmãos por todos. (Nunes, 1550, p. 88)

O padre José de Anchieta (1534-1597) chegou, em São Paulo, em 1553. Ele trabalhou no aldeamento jesuítico, que recebeu o nome de São Paulo de Piratininga, em homenagem ao apóstolo Paulo, discípulo de Jesus, e aos peixes que secavam nas margens do mar. As ruas de São Paulo se formaram a partir da ocupação primordial: o pátio do Colégio.

As aldeias e as fazendas jesuítas se localizavam fora dos muros da vila. Serafim Leite (1956) afirma que os principais aldeamentos estavam fixados em Pinheiros, Guarulhos, Carapicuíba, Itaquaquecetuba, Itapeverica, São Miguel, Barueri e Embu - neles, os padres católicos tentavam reintegrar, catequizar e refugiar os indígenas da escravidão exercida por alguns portugueses. Já as fazendas tornaram-se as ruas de São Paulo.

De acordo com Taunay (2003), o Colégio dos Padres da Companhia de Jesus era uma pobre casa de barro e sua cobertura de palha. Terras foram doadas pelo Ir. Pero Correia ao Colégio de S. Vicente, Meninos de Jesus no ano de 1553. Foi instituído em 25 de janeiro de 1554, o Colégio jesuíta, por missionários da Companhia de Jesus, como Leonardo Nunes (1509-1540), Vicente Rodrigues, Afonso Brás e José de Anchieta cujo líder foi padre Manuel da Nóbrega (1517-1570).

Desembarcaram em São Vicente, os Padres Braz Lourenço, Antonio Pires e os Irmãos Diogo Jácome, Gregório Serrão, Vicente Rodrigues e José de Anchieta (1534-1597), em 1553 para auxiliar a missão jesuíta no Brasil, assim seguiram para a aldeia de Piratininga, iniciando por lá as atividades religiosas.

Conforme Edith Porchat (1956), Piratininga localizava-se no Planalto e nela havia uma aldeia fundada por João Ramalho (1493-1580), conhecida como Santo André da Borda do Campo. Era neste ambiente que residia Tibiriça, chefe dos indígenas tamoios. Diante desta descoberta e de um bom clima, padre José de Anchieta (1534-1597), chegou ao lugar com o intuito de construir um colégio, que ficaria localizado entre os rios Anhagabaú e Tamandateí. O colégio e a povoação pertenciam a São Paulo de Piratininga. A catequese e a instrução dos meninos indígenas ficaram à mercê do Padre Antonio Pires, que dominava a língua Tupi, assim, ele ensinava leitura e escrita; e José de Anchieta ensinava Latim. Em 1556, na vila de São Paulo de Piratininga, foi instaurada a nova igreja dos Jesuítas: o padre Manoel da Nóbrega (1517-1570) pediu para assumir as responsabilidades paroquiais, no entanto, a direção foi dada ao Padre Affonso Braz.

Padre Manuel da Nóbrega defendia a ideia de fazer da Casa de São Paulo um colégio, seguindo os padrões da Companhia de Jesus. Entretanto, os indígenas não reconstruíam suas casas e, quando essas ficavam muito debilitadas, eles fugiam para longe, levando as crianças juntos e, portanto, encerrando o processo de educação e catequização.

A solução para evitar a evasão dos alunos, foi manter a povoação em volta do colégio; os moradores brancos povoaram a localidade jesuíta e preservaram suas casas em condições habitáveis, bem como praticaram a cultura escolar.

Em 1556, padre Manuel da Nóbrega nomeou o Real Colégio de São Paulo de Piratininga. Era em seus entornos que se instauravam as moradias da população indígena convertida. A construção do colégio foi importante nessa região, pois o local possuía terras abastadas. Grande parte da população de Santo André também se estabeleceu em Piratininga para se proteger dos ataques indígenas de tribos inimigas e viver com melhor conforto.

Instaurado o Colégio de São Paulo de Piratininga, após conflito entre portugueses e franceses para tomarem posse dos territórios próximos a baía da Guanabara, houve a transferência do Colégio de São Paulo e a vitória da administração portuguesa, fato que permitiu a instauração do Colégio do Rio de Janeiro em 1567.

Em 1560, foi fundada a vila de Santo André da Borda do Campo, essa possuía uma população reduzida, com resistência indígena contra a ocupação de seus territórios. Diante disso, o governador-geral (1558-1572), Mem de Sá (1500-1572), realizou a transferência dos habitantes do pelourinho e do foral dessa vila para São Paulo de Piratininga, instituída como aldeamento jesuítico.

Santo André da Borda do Campo foi incorporado à Piratininga e, neste local, fundou-se a Casa de São Paulo de Piratininga da Borda do Campo, construída para servir como escola, porém, no local, também eram realizados serviços de enfermagem, abrigo, refeitório cozinha e dispensa. Então, “ali morava Anchieta, alma da nova povoação [...]” (Porchat, 1956, p.126)

A Câmara Municipal e o pelourinho extinguiram a vila de Santo André. A Aldeia de Piratininga foi elevada à categoria de vila e São Paulo foi instituída em 1683. Em 10 de dezembro de 1562, os padres jesuítas, do colégio de São Paulo, receberam duas léguas de terras.

De acordo com a Acta da Câmara da Villa de S. Paulo (1914), até 1571, Martim Afonso de Sousa (1490-1500) foi donatário: fato comprovado por meio das escrituras e das procurações celebradas nas notas dos tabeliães da cidade de São Paulo. Também foi governador e senhor donatário Pedro Lopes de Souza (1497-1539).

No ano de 1681, o donatário Francisco Luís Carneiro de Sousa (1610-1690) assumiu o comando. Em 1709, a capitania mudou seu nome e sua configuração territorial, passando a ser "Capitania de São Paulo e Minas de Ouro", com a formação dos territórios da Capitania do Rio de Janeiro.

Na colônia brasileira, os portugueses enfrentaram a fúria dos índios tamoios que residiam às margens do rio Paraíba. Segundo Serafim Leite (2004), o cacique Teviriçá, que reinou em Piratininga, mantinha relação harmoniosa com os portugueses de Santo André, Santos e São Vicente, local no qual foi construído o mosteiro do patriarca S. Bento.

No núcleo de Santos, também foi construído o colégio São Miguel da Vila de Santos, em exercício de 1585 a 1759. De acordo com Robert Smith (1962), havia uma igreja articulada ao colégio da Companhia de Jesus e esse era instrumento para a conversão do gentio.

A arquitetura do colégio jesuíta em Santos foi demolida na segunda metade do século XIX, em 1759. Percebe-se que a educação, nesse período, instituiu-se nos moldes da Companhia de Jesus, e o seu maior objetivo, principalmente na Capitania de São Vicente, era estender a fé católica. Já a Coroa portuguesa optou pelo crescimento econômico e político da época.

Na carta do Padre Manuel da Nóbrega ao Pe. Simão Rodrigues, datada de 1549, fica evidente a função das escolas: ensinar a ler, a escrever e propagar a doutrina religiosa aos meninos. Na carta, é possível perceber um imenso desejo de educar os curumins na doutrina cristã e formá-los para a atuação eclesiástica. As meninas e as mulheres ficavam com as obrigações do lar e o dever de manter a ordem e a harmonia do casamento.

Conforme Gilberto Luís Alves (2005), o ensino nos colégios jesuítas, no Brasil, era no molde parisiense, já que os primeiros padres tinham formação superior na Universidade de Paris. A companhia de Jesus contribuiu muito para a educação, pois ela implantou a escola moderna no país. Analisando os aspectos ideológicos do ensino jesuítico, é visível o relacionamento entre o educar pertinente e a grande materialidade dos colégios jesuíticos, consideradas vanguardas da educação.

O colégio da Vila de Piratininga foi instrumento de disseminação da fé católica e estava de acordo com as intenções da Coroa Portuguesa, isto é, dominar e doutrinar os indígenas aos costumes portugueses para, assim, terem total controle do território brasileiro.

Na Capitania de São Vicente, o edifício do Colégio era um espaço de aprendizagem e de doutrinação cultural, exercida por meio das relações entre as crianças indígenas e os filhos dos portugueses colonizadores.

Marx¹ não abordou, especificamente, sobre a religião, porém, algumas de suas afirmações abordam o papel da religião como fonte de alienação e como ideologia. Para o autor, o ser humano vive uma situação que o explora e oprime. Para fugir dessa realidade, o ser humano precisa de um consolo, uma ilusão que o livre da miséria material da sua existência, sendo a religião um desses consolos.

Em um segundo momento, Marx (1818-1883), ao abordar a relação entre religião e ideologia, afirma que a religião irá desaparecer, como efeito de uma transformação social. Assim, “o reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer, quando as condições práticas

¹ Marx não foi um estudioso da religião, ele fez algumas considerações sobre o assunto, o que não o caracteriza como um teórico da religião, na qual é uma dimensão social e política colabora para que o homem permaneça alheio e se conforme com uma sociedade que na verdade deve ser superada.

das atividades cotidianas do homem representem, normalmente, relações racionais claras entre os homens e entre estes e a natureza” (Marx, 1980, p. 88).

O sujeito é quem produz a religião. Ele coloca sua expectativa em uma entidade superior, já que não vê possibilidades para sua humanização. A religião é “[...] a realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não possui verdadeira efetividade” (Marx, 1983 p. 378). Deste modo, a religião é produto do ser humano oprimido, explorado, em busca consolo, porém, existe a contradição, pois a religião é produto do meio, criada pelo ser humano, mas não somente por causa da exploração. Tem muita coisa em jogo nesse meio social.

4. Considerações Finais

O trabalho jesuíta foi bastante intenso na Capitania de São Vicente, pois além de ensinar a doutrina religiosa nas casas de *bê-á-bá*, também foi responsável pela fundação de um colégio, que tinha por objetivo formar os futuros padres que atuariam na educação das gerações futuras.

No decorrer da história da educação, na Capitania hereditária de São Vicente, houve muitas complicações políticas e econômicas, mas que resultaram na povoação e na educação desse território no século XVI.

As transformações sociais, culturais e territoriais, que ocorreram na capitania de São Vicente, foram responsáveis pelos novos núcleos de povoamento na região de São Paulo e, também, abriram caminhos para novos povoamentos, por exemplo, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Ainda, percebemos que os portugueses demonstraram interesse na colonização, por meio das Capitanias, em um primeiro momento, porque sabiam que iriam perder o domínio das terras brasileiras para outros Estados Europeus. Com o apoio da igreja católica, que possuía interesse em expandir a fé cristã, a administração portuguesa permitiu que os padres jesuítas evangelizassem e disseminassem, nas instituições informais e formais, ideologias que contribuíssem com o objetivo de ambas as esferas sociais.

Assim, a educação sistematizada chegou ao Brasil no século XVI, perante os objetivos jesuítas, em conjunto com os intuítos portugueses. A ação dos padres jesuítas foi fundamental para o ensino nos colégios e nas casas de *bê-á-bá*. A prática pedagógica aplicada era o *Ratio Studiorum* (1599), que universalizava o ensino da Companhia de Jesus.

Na análise marxista, tem-se a imagem mítico-religiosa, como um vampiro, para a

descrição de um processo tão material: a exploração da força de trabalho pelo capital. De acordo com Marx (1980), o desenvolvimento histórico do capitalismo não só pressupõe o desmantelamento da religião predominante na Idade Média, como reconstrói, à sua própria maneira, uma nova forma de “religião”. Essa nova fórmula não se apoia na crença ou em um sistema de ideias e diálogos, porém, em um novo conjunto de práticas econômicas que predominam na modernidade. Assim, a religião serve como instrumento do capitalismo e contribui ao processo de alienação.

Neste sentido, são necessários e importantes os estudos sobre a capitania de São Vicente, no aspecto analítico, a partir de documentos históricos, como as cartas jesuítas, o modo de organização do ensino nas escolas de bê-á-bá e nos colégios dessa localidade, pois, assim, é possível compreender as ações do ensino no passado, suas rupturas e continuidades que estabelecem relações com o presente.

Referências

São Paulo. *Actas da Câmara da Villa de S. Paulo – 1562-1596*. vol.I, Século XVI. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1914.

Alves, G. L. Origens da escola moderna: Contribuição jesuítica. *Educação Sociológica*. 26(91) Campinas May/Aug. 2005. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000200016>.

Anchieta, J. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro, Biblioteca de Cultura Nacional, 1933.

Anchieta, J. *Carta de São Vicente 1560*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1997.

Campos, E. S. *História da Universidade de São Paulo*. (2a ed.), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

Leite, S. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. Ed 4º Centenário. Coimbra: Tipografia Atlântica, 1956.

Leite, S. *Cartas do Brasil e mais escritos*. Coimbra: Por ordem na Universidade, 1995.

Leite, S. *Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues*. Lisboa. In: LEITE, S. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)*. v. I. Coimbra: Tip. da Atlântida, 1956. 108-115.

Leite, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. t. IV, São Paulo: Loyola, 2004.

Leite, S. *Monumenta Brasiliae*. v.II. Roma: Monumenta Histórica Societatis Iesu, 1956.

Leite, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. t. IV, São Paulo: Loyola, 2004.

Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. (6a ed.) Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1980.

Marx, K. *Kritik der politischen Ökonomie*. In: Marx, K., Engels, F. *Werke (MEGA)*. Berlin: Dietz, 1983, V. 13.

Marx, K. *O capital: O processo de produção do capital*. Trad. Reginaldo Anna. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998.

Mascaro, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

Navarro, P. A., et alli. *Cartas avulsas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988, 88.

Nóbrega, M. P. *Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues*. Lisboa. In: LEITE, S. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)*. v. I. Coimbra: Tip. da Atlântida, 1956. 108-115.

Nóbrega, M. *Ao P. Simão Rodrigues, Provincial de Portugal*. In: Leite, S. (Org.) *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. 23-28.

Pereira, A. S., et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Recuperado de: <https://repositorio.ufsm.br>.

Preste, F. F. Ubirajara. *Câmara Municipal de São Paulo: 450 anos de história*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

Pitta, S, da R. *História da América portuguesa*. V. 30; São Paulo: Clássicos Jackson, 1958.

Porchat, E. *Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956.

Saviani, D. *Aberturas para a história da educação: da história do debate teórico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema de educação do Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2013.

Silva, M. B. N. da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: UNESP, 2009.

Smith, R. *Arquitetura Jesuítica no Brasil*. São Paulo: FAU/USP, 1962.

Taunay, A. E. *História da Cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 1953.

Torrão, A. F. *A marinha destronada: ou a famigerada São Vicente derrotada pela Rochela paulista. A afirmação de São Paulo como cabeça de capitania (1681-1766)*. *História* (São Paulo), 30(1), 148-173, 2011. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a07.pdf>

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Amanda Vitor Dourado – 35%

Amanda Malheiros Pereira – 34%

Camila de Lima Santos– 31%